

A MADEIRA NO QUOTIDIANO DAS COMUNIDADES RURAIS

Resumo: Abordagem sumária à relação estabelecida com a madeira, enquanto matéria prima, pelas comunidades agrícolas do norte de Portugal, ao longo da época moderna e até ao início do século XX. Referência à interação com o meio florestal envolvente, e às formas de utilização dos recursos lenhosos. Apresentação de alguns exemplos sobre o uso das madeiras na produção dos diversos utensílios que fazem parte relevante da vida do camponês, nomeadamente as alfaias agrícolas, os utensílios domésticos, e ainda mobiliário e a construção.

Palavras-chave: Madeira, ruralidade, utensílios em madeira, alfaia agrícola, construção em madeira.

Abstract: Short approach to the relation that rural communities have ever established with wood, as raw material, throughout modern age to the dawn of XXth century. Reference is made to the interaction established with the surrounding woodland, and the forms of use of wooden resources. Some examples are brought up regarding the use of wood for the production of several utensils that are a relevant part of the peasant's life, namely agricultural tools, in addition to domestic utensils, furniture, and building.

Keywords: Wood, rurality, wooden tools grave, farming tools, wooden building.

1 — INTRODUÇÃO

Neste curto ensaio pretendemos lançar um olhar sobre a relação funcional e cultural entre a madeira e o quotidiano das comunidades camponesas do

norte do país. Um olhar sobre esta relação, cuja permeabilidade aos gostos, aos recursos e às técnicas locais, a dotam de uma tal variabilidade de soluções que qualquer abordagem, mesmo que de âmbito regional, obriga a generalizar. Contudo, é também sabido que diversas práticas e utensílios¹ demonstram uma extraordinária sobrevivência na longa duração, e mesmo transversalidade geográfica.

O período é igualmente amplo, enquadrado entre a época moderna e o dealbar do século XX², quando começaram a disseminar-se as tecnologias que rapidamente iriam mudar o mundo.

A madeira provém de uma vasta variedade de espécies arbóreas e arbustivas que povoam as nossas regiões. Quer na forma de planta, cujos frutos comemos ou debaixo da qual buscamos sombra, quer ainda na forma de madeira, que é matéria prima de uma miríade de utensílios e estruturas que nos rodeiam a todo o momento, a vida rural é uma permanente interacção com a madeira.

A relação íntima que o camponês vai estabelecendo com a madeira ao longo do quotidiano resulta no conhecimento das suas características e dos seus comportamentos, da simplicidade e acessibilidade da utilização necessária para a sua transformação. A experiência prática, que é rapidamente adquirida no decurso da vida quotidiana, e mormente na entreeajuda e reciprocidade dos trabalhos, dotam-no de competências para a execução de um conjunto amplo de utensílios dos quais necessita. A plasticidade da madeira e a simplicidade de algumas das técnicas mais comuns de trabalho, que facilmente se dominam, como o corte, o talhe e a dobragem, propiciam e incentivam a vulgarização destas actividades de produção em regime de auto-suficiência, que é mais visível e recorrente nas comunidades de montanha (Dias 1981b, 82-3) porventura em virtude do seu isolamento e dispersão, mas a que todo o mundo rural de alguma forma recorreu. A transmissão destes conhecimentos por via empírica, na qual se releva a observação directa, produzem estratégias operatórias e conceptuais diversificadas, num contexto propício ao desenvolvimento de variabilidades tipológicas e tecnológicas de âmbito regional, às quais se juntam as diferenças de nomeação que tanto fascinaram Leite de Vasconcellos³. Como se depreende, toda esta variabilidade contribui

¹ Dos muitos exemplos possíveis, mas restringindo aos materiais abaixo descritos, referimos o arado em madeira, de tipo radial, já ilustrado nas gravuras parietais nos inícios do 1º milénio a.C. no Egipto, ou a prensa de fuso, claramente representada nas iluminuras do Apocalipse de Lorvão.

² Apesar desta baliza cronológica, ignoraremos o eucalipto, que foi introduzido no país pelos meados do século XIX, até pelo facto de a utilização da sua madeira ter tido um impacto bastante residual ao longo da segunda metade deste século.

³ *In genere*, vejam-se os trabalhos publicados na Revista Lusitana.

sobremaneira para as identidades locais e regionais, mas também dificulta quaisquer abordagens de síntese.

As comunidades rurais do norte português sempre valorizaram a auto-suficiência como estratégia de sobrevivência, num contexto geográfico e histórico de isolamento que as vias de circulação e as feiras nunca conseguiram verdadeiramente mitigar. Produzir o necessário para consumo do agregado familiar sempre foi prática do camponês, ou diríamos uma obsessão subliminar, que assim tentava desligar a sobrevivência da família dos imponderáveis do mercado e da economia monetária, aos quais recorria mormente para o escoamento dos excedentes que, sempre que possível, eram entesourados em joalharia. Neste contexto se situa o que agora nos ocupa, nomeadamente a produção de alguns utensílios em madeira, a qual genericamente pode assumir duas facetas: a do camponês que se especializa numa determinada arte e presta serviço eventual à sua comunidade e às circum-vizinhas; e a do camponês que adquiriu competências mínimas para produzir alguns dos utensílios de que necessita, podendo ajudar nessas tarefas os seus vizinhos em regime de entreajuda. Este último caso encontra expressão privilegiada, pela generalização de exemplos e pela diacronia, no trabalho não-especializado, isto é não-industrial, da produção de utensílios em madeira. Não raramente os dois se articulam, pois a reciprocidade na entreajuda, tão comum neste mundo que abordamos, tem esse efeito de disseminar entre os actores sociais os conhecimentos e as práticas, mas também a moral⁴ e a disciplina social.

Intentando uma deambulação rápida, e inevitavelmente generalista, sobre a utilização da madeira no quotidiano rural, desde a utensilagem às construções, abster-nos-emos de tratar a profícua relação da madeira com o universo do mágico-religioso, salvo alguma alusão passageira, por se tratar de um tema específico e de grande amplitude.

2 — A MADEIRA E OS ESPAÇOS AGRÁRIOS

A predominância no território nacional dos terrenos montanhosos e agrestes, impróprios para a agricultura, não significa que o bosque tenha imperado no quadro dos modelos de coberto vegetal. Com efeito, desde o processo de sedentarização, e mormente com a domesticação e vulgarização do pastoreio, que os bosques passaram a ser objecto de cumulativas agressões (Noël & Bocquet 1987, 43-54), nomeadamente para promoção e regeneração de pastos, para o que a prática mais comum é a da queimada, ou incêndio. Já Diodoro da Sicília (V, 35, 3) refere a ocorrência de grandes

⁴ Vejam-se os trabalhos de Lisón Tolosana (1981 com refs.) sobre esta relação.

fogos florestais na península, que segundo ele eram provocados por pastores, isto já nos tempos antigos em que decorria comércio com os fenícios. Este panorama de manchas descontínuas de bosque (Devy-Vareta 1985, 50; 1986) alojadas em contextos orográficos específicos terá persistido ao longo dos séculos seguintes, a permeio com grandes territórios desflorestados (Aguiar 2007, 36-46; Fernandes *et al.* 2015, 164-5, 167) nos quais foram sendo implantados arroteamentos. Não admira que a reflorestação de uma paisagem predominantemente desarborizada tenha sido abordada pelos reformadores liberais, cujo eco se espalhou em iniciativas desenvolvidas nas décadas seguintes⁵, do que temos, a título de exemplo, a vinda de Tude de Sousa para o Gerês já em 1904, e a notícia veiculada por Luís Figueiredo Guerra (1982) do plantio *experimental* de pinheiro nas serras em torno de Boticas também nos inícios do século. De resto, já em 1800, mais de um século antes, se tinha feito sementeira de pinheiro na serra do Marão (Silva 1815, 57), que se depreende estaria desflorestada.

Momentos de escassez de madeiras estão referidos nas fontes escritas desde a Idade Média (Coelho 1914, 4; Devy-Vareta 1986)⁶, documentando a sua raridade episódica em algumas regiões, o que não surpreende tendo em mente que tanto a construção naval como a construção em madeira absorviam peças de grande porte de espécies ditas nobres, cuja regeneração é lenta e susceptível à competição com outras espécies. Mesmo a construção em pedra exige grandes volumes de madeira, para andaimes, cofragens e sistemas elevatórios.

Saliente-se, finalmente, que todos os agregados domésticos, sem excepção, desde a casa senhorial à simples cabana, dependiam da lenha para o aquecimento e para cozinhar os alimentos, pelo que se compreenderá a grande pressão que os núcleos habitados exerciam sobre a vegetação arbórea dos espaços circundantes.

Contudo, a busca incessante de madeiras para os usos diversos não foi o único factor da recessão dos bosques. Outras necessidades, como a casca dos carvalhos para encascar as redes de pesca e para a indústria de curtumes, contribuíram também para o desnudamento das florestas. Como sugeriu Almeida (1981, 204), desde muito cedo que o espaço agrário do Noroeste se organiza de forma tripartida (agra, souto e monte), o que salienta a importância da estruturação funcional do território de exploração das comunidades. O *saltus* é um espaço humanizado, naturalmente não tanto como o das parcelas

⁵ Do que constitui exemplo o Decreto de 21 de Setembro de 1867 sobre a florestação do país.

⁶ “Um poeta do Canc. do Vaticano, D. Affonso Lopes de Baião, queixava-se da falta de madeira para a construção duma casa, para a qual tinha as outras materias, pedra, cal, telha, não lhe faltando pedreiros.”

agricultadas, mas manifestamente muito mais do que o é o monte. No *saltus* as espécies desenvolvem-se naturalmente e apenas é condicionado pelas intervenções que poderíamos enquadrar na economia de recollecção: colheitas, desbastes e podas. Este modelo apresenta reminiscências no presente em formas de cultivo⁷ sobreviventes no norte do país.

O bosque, e os pequenos tufos de associações arbóreas, estão presentes nos espaços de exploração de todas as paróquias, albergando as diversas espécies consoante as características de cada um dos nichos. Estas associações naturais são influenciadas pela profundidade e humificação dos solos, pela humidade e mesmo pela altitude. Assim, desde as galerias ripícolas até às bordaduras das parcelas agricultadas e dos lameiros e, naturalmente, as encostas mais periféricas, em todas elas se situam associações arbóreas, que são fruto de uma relação que as dota de diferentes graus de humanização. Com todos estes contextos as comunidades estabelecem relações de interacção, que são variáveis tanto na periodicidade como na função. Desde o corte anual das lenhas no monte, para suportar o inverno, ao corte de um carvalho ou de um negrilho para fazer um carro de bois, o roubo do lenho do Natal para os fogos doméstico e comunitário (Oliveira 1984, 287-8), ou o corte dos ramos de oliveira para o dia de Ramos, todos estes são processos nos quais se articulam operações, sociabilidades, rituais e simbolismos. E não esqueçamos que todos estes processos decorrem dentro de um espaço, o espaço humanizado e profundamente hierarquizado nas suas cargas simbólicas (Almeida 1981, 202-4), simbolismo que transmite a tudo o que nele se situa, mas também muito absorve, numa relação permanentemente biunívoca. Com efeito, a encruzilhada de caminhos associa-se à grande carvalha⁸ e ao cruzeiro e/ou alminhas, da mesma forma que a fonte de água se dota de elementos simbólico/decorativos e, com frequência, se associa a uma árvore de grande porte. E existem ainda as árvores que foram plantadas por um antepassado, ou estão ligadas a algum acontecimento signficante, e que nunca se olham ou referem em conversa sem que seja evocada essa relação. Cada uma destas árvores está dotada de uma identidade, de uma carga simbólica que a diferenciara das outras. Desta forma, tanto as árvores como a sua madeira, ainda que sendo da mesma espécie e porte, não serão rigorosamente iguais, uma vez

⁷ Um dos exemplos possíveis é o do castanheiro, no nordeste do país, onde os soutos não eram lavrados no passado. Sendo hoje uma produção muito rentável, e já mecanizada, mantém-se ainda a prática ancestral de dar meação do produto a quem apenas faça a colheita, sem quaisquer outros encargos culturais. Caso o proprietário não apanhe as castanhas no período da colheita, qualquer vizinho o poderá fazer livremente após o início do período de rebusco.

⁸ A *carvalha* é o grande carvalho que cresceu naturalmente, sem ser *derramado*, isto é, podado. Esta grande árvore, que cresceu com o tempo e entregue às forças da natureza, portanto sem intervenção humana, acresce de carga simbólica e identitária.

que, dentro da esfera de interacção humana, para além da sua dimensão biológica algumas árvores possuem também uma dimensão cultural; possuem poder e prestígio que as coloca num plano diferenciado, podendo associar-se a rituais e a dialécticas de lugares. A oliveira, árvore quase imortal, está presente em rituais protectores importantes, como o Domingo de Ramos, e a sua presença reforça o poder simbólico de alguns espaços⁹; é uma *árvore benta*. A queima dos seus ramos é protectora contra as trovoadas (Vasconcellos 1882, 64), à semelhança de outras, como o loureiro e o azevinho, mas, por outro lado, também possui poderes protectores a madeira de qualquer árvore onde tenha caído um raio. Outras, pela especificidade do simbolismo que lhes subjaz, são consideradas nefastas em certos contextos, como o cipreste¹⁰, cuja madeira não deverá ser utilizada no vigamento das habitações, e a nogueira não deverá estar próxima das habitações, pois a sua sombra pode provocar resfriados¹¹.

O abate da madeira deverá ser efectuado na altura própria, em Janeiro e Fevereiro, por ocasião do repouso vegetativo, quando reduz a circulação de seiva na árvore; mas é fundamental respeitar a fase da lua (Viterbo 1865, 388). O corte da árvore é idealmente feito no crescente, não devendo ser realizado nenhum trabalho durante a lua nova, e na primeira metade do minguante, pois a madeira ficará comprometida pela força aziaga deste período, e apodrecerá mais rapidamente (Fontes 1992, 184-5).

A toponímia ajuda a entender a relação hierárquica entre as espécies, cuja notoriedade as converteu em referências espaciais, e o tempo cultural sedimentou em nomes de lugares (Viterbo 1865). Neste âmbito, um rápido relance a qualquer índice toponímico revela o destaque assumido pelo carvalho na paisagem nortenha (Vasconcellos 1982, 64-6), cuja disseminação no passado deveria ultrapassar o que hoje vemos.

Na bordadura das parcelas, substituindo os muretes de pedra seca, ou complementando-os enquanto delimitação, alinham-se freixos, negrilhos, nogueiras, cerejeiras, choupos, carvalhos, castanheiros, sobreiros e carrascos, entre muitas outras espécies que podem variar consoante a região e os solos.

A utilização da madeira vai muito além do mero abate das árvores, podendo exigir trabalho preparatório que se estende por anos. Algumas das árvores, e em função do que delas se pretenda, poderão ser objecto de manipulação vegetativa, através de podas e condução. Para obter vigas e mastros longos podam-se os

⁹ “*Oliveira do adro,
Não assombres a igreja:
No tempo em que estamos
Ninguém logra o que deseja.*”
(Pereira 1906, 242)

¹⁰ “*Não é bom morar em casas que tenham madre de madeira de cypreste, porque se gozará pouca saude.*”
(Pires 1907, 305).

¹¹ Crença por nós registada em Bragança e Vinhais.

galhos laterais, enquanto que para obter as vigas grossas, ou tábuas de maior largura, se desponha a flecha e os rebentos seguintes, para concentrar a força no desenvolvimento do tronco. Para obter formas específicas, consoante o utensílio, como uma bengala ou um arado, pode associar-se a poda de formação com a dobragem dos galhos em fase de crescimento, e obter assim a peça já moldada.

A relação quotidiana com as espécies arbóreas, e o decorrente conhecimento das suas características, permitiu o desenvolvimento de estratégias de utilização em contextos já deveras complexos. Neste âmbito, o caso da vinha de enforcado é emblemático, uma vez que o seu objectivo é permitir o cultivo da videira, que é uma trepadeira, na periferia das parcelas agrícolas, onde não ensombre nem entre em competição com as culturas rotativas dominantes, como o milho e a batata. Dentro das soluções possíveis, os postes em granito, ou esteios, dificilmente poderiam ser cortados à altura necessária, que ultrapassa os quatro metros, e são peças muito frágeis e sensíveis a qualquer força lateral, fragmentando-se com facilidade. Os postes em madeira seriam ideais, mas o clima húmido e temperado da faixa litoral, e os seus solos ácidos, degradam muito rapidamente qualquer madeira que esteja em contacto com o solo. Assim, a solução é moldar a árvore sob a forma de poste, ou suporte, reduzindo a sua área vegetativa ao mínimo indispensável para a manter viva, feito através de podas anuais, impedindo-a de ensombrar a vinha que sobre ela se apoia. Desta forma, o sistema do enforcado constitui mais um exemplo do génio camponês na sua relação com as árvores e com o meio ambiente. Por outro lado, na bordadura das hortas e das cortinhas transmontanias fazem-se bardos com pernas de castanheiro enterradas no chão, pelas quais as videiras trepam, podendo ser interligados com arames de condução para formação do bardo. Estes espeques sobrevivem aqui por largos anos, o que não aconteceria na faixa costeira.

3 — MADEIRA E UTENSÍLIOS NO ESPAÇO DOMÉSTICO

A madeira domina o quotidiano doméstico a partir de duas grandes vertentes: o lume e a utilidade/mobiliário, mormente o da cozinha, que é o centro nevrálgico da casa, e a dependência de maior utilização e visibilidade.

A gestão criteriosa da combustão e das lenhas utilizadas permite suprir as necessidades de iluminação e de aquecimento. Com os pequenos ramos de espécies de madeira dura, sobretudo de arbustivas como a urze e a carqueja, mas também de pinho e de azevinho, faziam-se as lumieiras (Peixoto 1990, 167; Vasconcellos 1916, 276), que eram magra tentativa de alumiar as cozinhas, geralmente escuras¹² e com poucas aberturas para o exterior, e pela

¹² Este ambiente é coloridamente retratado por Camilo Castelo Branco em “Doze casamentos Felizes: Sexto Casamento”, na sua passagem pela aldeia de Secerigo, em Boticas, cujo testemunho presencial, em torno de 1860, relevamos particularmente: “Luz havia apenas a da fogueira empardecida pelos opacos rolos de fumo.”

acumulação de fuligem nas paredes e vigamentos. As lumieiras eram um recurso de iluminação doméstica muito frequente, sendo os ramos desnudos, ou guiços, embutidos em buracos na parede¹³, ou apoiados na gramalheira (Fontes 1992, 44). Com as lumieiras poupava-se o consumo de velas e de combustível das candeias, preocupação patente sobretudo nas casas menos desafogadas, fazendo jus ao ditado “*duas candeias a arder, deitam a casa a perder*”.

A combustão da madeira era igualmente indispensável para o aquecimento e para cozinhar os alimentos. A dependência generalizada em relação a este material combustível motivou diversas soluções na sua utilização. Não esqueçamos a violência climática que caracterizou os invernos desde o início do século XIV até aos meados do século XIX, quando começou a esmorecer a “Pequena Idade do Gelo” (Fagan 2002) que tanto impacto produziu na Europa. A gente mais pobre, sem propriedades nem recursos, queimava a madeira que podia obter, estando mais limitada na escolha. Recorria aos espaços mais ermos e aos baldios para se abastecer das espécies menos valorizadas, e portanto mais inconspícuas. Os lavradores mais abastados e os proprietários privilegiavam as madeiras duras, como o carvalho, freixo, sobre e azinho/carrasco, pelo facto de serem lenhos de combustão mais lenta e alto poder calorífico, consumo que também lhes reforçava a distinção social. Variando com os casos de maior ou menor desafogo, a madeira era utilizada no lume com alguma parcimónia, sendo a sua combustão gerida consoante as necessidades. Com efeito, além do corte e do transporte das lenhas, tarefas que sempre foram pesadas e esforçadas, estava bem presente na mente de todos a noção da limitação do recurso, sobretudo nas regiões de clima continental, mais agreste, e onde um corte de lenha no bosque pode levar trinta ou quarenta anos a regenerar. Avivava-se o lume apenas aos serões, quando havia mais gente ao seu redor, ou se cozinham as refeições, deixando-o esmorecer quando não era necessário. Os ramos mais delgados, que podiam ser adicionados pontualmente, davam mais chama, contribuindo para a iluminação da cozinha durante o serão. No borralho, as brasas envoltas nas cinzas mantinham-se em combustão lenta por largas horas, quando sendo de madeiras duras, permitindo reavivar o lume a qualquer momento pela adição de alguns galhos finos. Da mesma forma se reacendia o lume ao início do dia, para preparar a primeira refeição.

O lume que ardia no lar sempre foi uma entidade purificadora e protectora que devia ser respeitada, não devendo ser manipulada aleatoriamente por

¹³ Camilo Castelo Branco, Idem, “*Enxerguei esta cousa suja e ignominiosa à luz de dois paus de urze, que ardiam espetados na parede.*”

qualquer um, nem em qualquer momento. Desenvolveram-se imagens, interditos, classificações em torno do lume, restringindo e hierarquizando o seu manuseio e a sua relação com cada um dos membros da família. Para as crianças, e os jovens anteriormente à puberdade, imperavam sobretudo os interditos, nomeadamente o de mexer no lume, tendo como elemento dissuasor o risco de “molhar” a cama durante a noite. No caso dos mais velhos o processo era estruturado através de observações veiculadas em conversa, as quais contribuíam para formar uma reputação dogmática, afirmando, por exemplo, que basta fulano “*dar duas voltas aos paus*” para avivar o lume de imediato; ou sicrano “*que por muito que sopra ou mexa, não faz bom lume*”.

Apesar de esta deambulação se circunscrever ao mundo doméstico rural, não podemos deixar de aludir ao uso da madeira no aquecimento das casas urbanas, na generalidade das quais recaiu a impossibilidade de fazer fogo nas dependências de sobrado assoalhadas. Como tal recorria-se à braseira: uma ampla bacia em cobre, assente sobre uma armação em madeira, que a afasta do contacto com o soalho e com as pernas dos móveis. Como não se podia produzir chama nem fumo, recorria-se ao carvão, de resto com maior poder calorífico do que a madeira, o qual cumpria com a função de aquecimento das pequenas salas de estar das casas urbanas. Este carvão provinha das aldeias, onde era produzido por carvoeiros especializados que faziam podas e mondas nas florestas¹⁴ (Dinis 2017, 18), mas também por camponeses que, sazonalmente, se dedicavam a produzir as *brasas* que iam vender à cidade (Vasconcellos 1980, 218). Jorge Dias (1981a) refere a prática desta produção de *brasas* em Rio de Onor, e o seu transporte para a cidade de Bragança, registando um volume de venda que denuncia a sua importância económica como complemento à agricultura. Enquanto que os carvoeiros mais especializados usavam galhos de maior porte, e portanto tinham que fazer amontoa com cobertura de terra¹⁵, os camponeses arrancavam as urzes e giestas, que ficavam a secar algum tempo no monte, após o que eram queimadas em fogueiras, cuja combustão era interrompida com água após alguns minutos. O carvão assim obtido designava-se por *brasas*, era de boa qualidade, muito apreciado pelo seu poder calorífico, e constituía um suplemento económico considerável para algumas comunidades.

¹⁴ No castro do Crastoeiro (Mondim de Basto), situado num esporão na encosta do monte da Senhora da Graça, encontrara-se diversos covachos à superfície, cujos resíduos documentam a prática de produção de carvão, onde os carvoeiros o podiam fazer de forma mais inconspícua, não sendo vistos a partir das aldeias vizinhas.

¹⁵ Este processo está perfeitamente documentado no corte estratigráfico registado no castro do Crastoeiro (Dinis 2017, 19, figs. 7 e 8), podendo mesmo ser contabilizado o número de produções de carvão feitas no covacho ilustrado

Em acréscimo à importante função da combustão, as madeiras são matéria de uma vasta panóplia de utensílios do foro doméstico.

O mobiliário da casa era construído em castanho, mais raramente carvalho, ou então em outras madeiras mais macias, como a nogueira, negrilho, choupo e amieiro, cerejeira, entre outras. Dentro da designação de mobiliário ombreiam peças de estrutura simples com outras mais complexas, porque compostas por vários elementos e agregadas por ensablagem. Enquanto que a feita das primeiras, como os mochos e as mesas com tampo de tábua, era acessível ao lavrador com desenvoltura suficiente no manejo dos instrumentos, já a elaboração das peças mais complexas, como camas e armários, masseiras e escanos, obrigava a recorrer a um carpinteiro; o carpinteiro de oficina (Fidalgo Santamariña 2001, 39-40), que tanto podia ser um oficial com loja e aprendizes, apoiada por basta clientela, como por vezes um lavrador que possuía alguma desenvoltura na arte, cujo exercício não era suficiente para lhe prover o sustento, mas tinha uma oficina equipada com as ferramentas necessárias.

O mobiliário das cozinhas era parco e simples, diríamos até bastante espartano na sua configuração, privilegiando a funcionalidade das tarefas essenciais à vida quotidiana, consoante as práticas regionais.

O centro nevrálgico da cozinha era o lar, o local onde ardía o lume, e tudo se organizava em seu redor, onde também se posicionavam os assentos para os que nele se queriam aquecer.

O escano, que em alguns locais é designado por escabelo ou preguiceira, é uma peça fundamental nas cozinhas das regiões nortenhas. Trata-se de um grande banco rectangular, de estrutura simples, mas construção cuidada, geralmente em boa madeira de castanho, com as uniões em entalhe travadas por buchas em madeira, e não por pregos. Tanto a base como o espaldar, que é alto, são compostos por tábuas bem alisadas, sendo o móvel apoiado em quatro pernas quadrangulares. Em alguns casos possui um tampo vertical na parte média do espaldar, ao qual está fixo por duas dobradiças. Quando necessário, desprende-se apoiando sobre um pequeno espedaço situado na sua parte média, e também articulado, o qual apoia na base do escano, constituindo assim uma pequena mesa no centro do banco, onde o lavrador pode tomar a sua refeição defronte do lume. Esta peça faz conjunto com a lareira, e normalmente está colocada na sua lateral, por forma a não impedir o acesso ao lume, podendo existir um em cada um dos lados, quando a dimensão da cozinha o permitia. Pela sua associação com o lar, o escano é uma peça de relevo no plano funcional, mas também no plano simbólico, pois nele e no aconchego do lar se comia, dormia, convalescia (Fontes 1992, 35) mas também por vezes se nascia e morria (Almeida 1981, 205).

No escano sentavam-se sobretudo os velhos, que passavam mais tempo ao lume, enquanto que os mais novos, envolvidos no trabalho diário da lavoura,

passavam mais meteoricamente pela cozinha, para reconfortar as mãos com o calor do lume. Esses, sentavam-se nos mochos, bancos pequenos e baixos com um tampo circular e grosso no qual encaixavam três pernas redondas, ligeiramente oblíquas. Este banco era geralmente feito pelos homens da casa, com um machado ou enxó para afeioar o tampo e as pernas, e um trado para perfurar os orifícios onde estas se fixam no tampo. Podia ser de carvalho, castanho, cerejo ou carrasco, de preferência madeiras duras, mas a vulgaridade da peça permitia variações.

As mesas eram rústicas na construção, e de tampo grosso, que podia ser uma única tábuca, fazendo conjunto com os bancos corridos, mais do que com cadeiras, que só as cozinhas das casas mais desafogadas possuíam.

As cozinhas também dispunham de uma estanteira, peça de mobiliário simples, em jeito de prateleira, em pinho, choupo ou castanho, suspensa numa das paredes laterais da cozinha e na qual se guardavam os pratos e as tigelas. Existiam ainda pequenos armários na parede, pendurados, ou embutidos, sobretudo nas cozinhas minhotas. Todavia, as casas mais abastadas tinham louceiros elaborados, do tipo cristaleira, sendo peça em madeira fina, geralmente castanho ou nogueira, e executada por carpinteiro de obra.

A lavagem dos utensílios era geralmente feita num alguidar, o lançador, mas são conhecidos sobejos exemplos de bancas em granito e em xisto, provenientes das casas mais desafogadas. Vimos uma peça em madeira com esta tipologia, proveniente de intervenções de restauro no casco antigo de Guimarães¹⁶. Trata-se de uma peça maciça em madeira de oliveira, com formato rectangular e altura que pouco deveria exceder os dez centímetros, tendo o interior rebaixado em pouco mais de cinco centímetros, com rebordo sobrelevado em toda a periferia da peça. Tinha ainda um orifício, num extremo, para drenagem. Relevamos a escolha da madeira de oliveira para a função de contacto frequente com a água, uma vez que esta possui uma forte impregnação oleosa, com efeito hidrofugante, e uma estrutura lenhosa de tendência amorfa, sobretudo em zona de nós, o que dissipa parte das dilatações. O exemplo desta peça recorda-nos a possibilidade de o seu uso ter sido mais comum do que hoje conseguimos documentar através do registo etnográfico ou arqueológico.

A toucinheira era uma peça destinada a dependurar as peças de costa e de presunto do porco, ou alguns enchidos, protegendo-os contra o ataque dos ratos com a plataforma colocada na haste logo acima dos ganchos de

¹⁶ Trata-se de uma observação feita há mais de vinte anos, de uma peça que estava reutilizada como travessa numa parede em tabique, numa casa intra-muros de Guimarães. Agradecemos à Arq^a. Alexandra Gesta, então coordenadora do Gabinete do Centro Histórico de Guimarães, a amabilidade da informação e de nos ter permitido observar a peça.

suspensão. Na região litoral esta peça era em parte substituída pela salgadeira que, além de salgar os presuntos na altura própria, conservava as carnes de porco para se irem consumindo. A salgadeira, ou balça, tinha o formato de uma arca com tampa, e poderia estar na cozinha, ou mais propriamente na adega, até porque dela escorria sempre algum líquido da salmoura. Ainda neste capítulo da conservação dos alimentos, temos a mosqueira, que era um pequeno armário, em madeira de pinho, choupo ou amieiro, com prateleira interior, de construção fina e cuidada, cuja frente era ocupada por uma porta. Tanto os lados como a frente eram abertos, e revestidos por uma fina rede cujo objectivo era impedir a entrada de insectos, mormente as moscas, que poderiam degradar os alimentos nele guardados.

Os berços para crianças, que também gravitavam pela cozinha, eram construídos em madeira ou em verga, compostos por tábuas e ripados, ou entrançado, podendo variar a orientação das embaladeiras, transversal ou longitudinal (Vasconcellos 1938, 801-3), consoante as regiões. Na Terra de Miranda e em Oliveira de Azeméis, por exemplo, eram utilizadas canastras oblongas em lascas de castanho, da mesma forma das usadas no transporte dos produtos agrícolas.

Sobre a utensilagem de cozinha e de mesa feita em madeira temos algumas referências que se revelam preciosas por documentarem a sua utilização em períodos nos quais os materiais cerâmicos eram produzidos em abundância (*in genere* Fernandes 2012), com distribuição relativamente uniforme pela região. Contudo, em algumas das regiões montanhosas, e aparentemente mais isoladas dos circuitos viários, parece ter-se mantido a prática de utilização de alguns utensílios de cozinha em madeira. O texto de Camilo Castelo Branco, ao qual acima aludimos¹⁷, refere com clareza a prevalência de utensilagem em madeira, nomeadamente as escudelas e as colheres de pau, cuja descrição denota serem de grande rusticidade. Este testemunho é corroborado por um relato posterior de Leite de Vasconcellos (1916) sobre uma visita que fez a Castro Laboreiro em 1904, e no qual refere (1916, 275) que os crastejos usam “*pratos de madeira, tanto para comerem, como para conservarem a comida*”, bem assim como tigelas e colheres, igualmente em madeira, uso que reconhece como em voga por todo o norte do país, recordando ter então visto à venda escudelas neste material no comércio do Porto.

O forno, seja situado na cozinha ou em anexo próprio, associa-se a um conjunto de utensílios quase inteiramente feitos em madeira. Em primeiro destaca-se a masseira, ou amassadeira. É uma espécie de arca rectangular,

¹⁷ Camilo Castelo Branco, *op. cit.*, “*Todos saíram da lareira para abancarem a uma longa tábua suspensa em dois cepos, na qual não havia toalha nem garfos. As alfaias únicas eram algumas colheres de pau.*”

com secção trapezoidal para esbater as esquinas, montada sobre quatro pernas, podendo possuir um pequeno armário acoplado. Esta peça, que naturalmente tem tampa, é usualmente feita em madeira macia e sem nós, como o choupo, amieiro ou vidoeiro, mas já vimos exemplares em castanho. Na masseira amassava-se o pão de trigo e milho, e todas as outras massas de cozedura, como o foliar, e doçaria, e nela se guardava o fermento para levedar a cozedura seguinte.

A pá destina-se a colocar e retirar o pão no forno, sendo composta por uma haste arredondada terminando por uma pá circular e achatada, com bordo frontal bem boleado. A gestão do forno, mormente a combustão das lenhas, é apoiada por paus em madeira de castanho, um rectilíneo e o outro com um galho em ângulo na ponta, servindo o primeiro para arrumar a lenha em combustão, e esclarejar as brasas, deslocando-as com movimentos laterais, e o outro para as arrastar para fora do forno, antes do varrimento com vassoura de giesta verde.

A introdução do milho maíz no consumo doméstico, mormente sob a forma de papas e de boroa, trouxe à utilização quotidiana um utensílio: a emboladeira, um alguidar em madeira destinado a dar forma à massa antes da sua introdução no forno. As madeiras utilizadas são o choupo e o pinho, porque macias e trabalháveis, e nas condições apropriadas não fendem.

Usava-se a arca para guardar o pão das grandes fornadas, ou então a camboeira, ou broeira, uma tábua em castanho, pinho ou choupo, que era suspensa do tecto da adega por arames ou cordas, que se destinava a armazenar o pão ao abrigo dos ratos, utilizada nas regiões onde se consumia trigo. Aqui, uma fornada podia ascender a quatro dezenas de pães. Idêntica plataforma, designada por caniço, era destinada a salvaguardar os queijos em processo de cura do ataque dos roedores.

Dentro da casa de lavoura, num seu anexo, cuidava-se a preparação das roupas de que a casa necessitava, fossem roupa branca ou de vestir. O linho e a lã eram tratados em todo o seu ciclo, e a madeira era matéria privilegiada, quando não exclusiva, de muitos instrumentos necessários ao seu processamento. Os diversos utensílios afectos ao processamento do linho (Oliveira *et al.* 1978) desde a roca e o fuso, com os quais se preparava o fio, até ao tear, tudo eram feitos em um qualquer tipo de madeira. O padrão de auto-suficiência que temos vindo a recordar está bem presente em todo o ciclo de produção têxtil¹⁸, incluindo a costura, e a malha da lã. De facto, eram feitos em madeiras duras os ovos utilizados para remendar as peúgas,

¹⁸ Realidade muito antiga e generalizada. Recordemos que as inquirições afonsinas referem, repetidamente, casos de prestações pagas pelos camponeses em varas de bragal, o que indicia a vulgaridade da tecelagem ao nível familiar já nesta época.

e também o utensílio conhecido como canhão de meia (Vasconcellos 1938, vol. 5, 452-3), uma haste em madeira, cuidadosamente ornamentada, na qual se fixam as agulhas de tricotar em Trás-os-Montes e na Beira. Também era de madeira a lavadeira, onde a mulher se ajoelhava quando lavava a roupa na margem do rio.

Finalmente, não deveríamos esquecer o contributo da madeira na indumentária rural na forma dos socos e tamancos, cuja sola -chamada pau-era em madeira macia, geralmente de amieiro ou vidoeiro. A adequação deste calçado, feito em madeira e couro, à rudeza da vida do campo, fizeram dele a escolha de eleição para aqueles que o podiam adquirir, até pelo facto de permitir recuperar as gáspeas de botas ou de sapatos velhos, acrescentando-lhes a nova sola em madeira. Por todo o lado se encontravam homens especializados na sua manufactura, os soqueiros e os tamanqueiros (Soeiro 2017, 8-9), trabalho que podia ser dividido em fases, e apenas contemplar a produção da sola em madeira, à qual outro artesão colocaria a gáspea em couro. Em todo o caso, importa salientar a simplicidade desta produção, para a qual bastava o machado e uma enxó, e destreza manual milimétrica, sendo acessível à auto-suficiência¹⁹ tão cara ao camponês.

4 — UTENSILAGENS EM MADEIRA NAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS NÃO MECANIZADAS

O mundo do trabalho exterior à casa era dominado pela madeira que, sempre que a eficácia dos instrumentos o exigia, se articulava com o ferro. A utensilagem agrícola era particularmente criteriosa na escolha e na adequação das diferentes madeiras a cada instrumento e função, uma vez que tanto a eficácia como a economia de esforço eram relevantes num mundo dominado pelo trabalho braçal e de tracção animal. Com efeito, características como a dureza, o peso específico, a flexibilidade ou mesmo o ordenamento anatómico dos lenhos, eram criteriosamente ponderados na hora de escolher a matéria prima para cada uma das obras, sendo certo que cada região valorizou mais uma ou outra madeira. Não podemos deixar de evocar a intensa utilização do negrilho, ou olmo, enquanto matéria prima, por todo o interior transmontano, na produção de grande variedade de alfaias e utensílios²⁰.

A alfaia em madeira de maior importância dentro da utensilagem agrícola é, sem dúvida, o carro de tracção animal. A sua estrutura e variabilidade

¹⁹ “*Todo o camponês sabe o mínimo para pregar uns socos. Para fazer os paus respectivos.*” (Fontes 1992, 188).

²⁰ Sendo no passado a madeira de eleição para uma grande maioria de alfaias, devido à sua ductilidade e relativa resistência, esta espécie encontra-se em declínio e enfrenta extinção devido à grafiose, facto que redobra o valor do nosso património etnográfico.

tipológica foram abordados pelos etnógrafos portugueses (Galhano 1973; Vasconcellos 1938), mas também na vizinha Galiza, onde o particular carinho que Lorenzo Fernández demonstrou por este utensílio nos legou estudos e registos inestimáveis (Lorenzo Fernández 1945; 1973) sobre a estrutura, os modelos e as formas de construção do carro de bois²¹. Estes registos revelam, mais uma vez, a notável desenvoltura dos camponeses na elaboração dos utensílios em madeira e no manejo criativo das poucas ferramentas necessárias para o efeito e da especialização de alguns na carpintaria específica destas alfaias, designados na Galiza como fragueiros (Fidalgo Santamariña 2001, 42-3), que elaboravam os vários elementos constituintes do carro nas madeiras mais adequadas. No carro de bois utiliza-se o negrilho e o carvalho para os elementos componentes da plataforma, o chideiro, podendo algumas peças ser em amieiro, pinho e salgueiro. Enquanto que o freixo era usado para o eixo, devido à sua dureza, já as rodas podiam ser em negrilho ou em carvalho. A estrutura das rodas pode obedecer a modelos culturais, conforme a forma e número das peças que as formam, mas são em madeira, e também unidas por entalhes e travessas. Existem exemplos de rodas integralmente em madeira (Dias 1981b, 148), mas na maioria das regiões elas eram protegidas por um aro em ferro em toda a sua periferia, que as salvaguardava do severo desgaste produzido pelos pisos pedregosos, sendo este o único elemento metálico presente em toda a estrutura do carro de bois.

Esta estrutura base do carro era acrescida de um conjunto variável de peças, as quais permitiam adaptá-lo a grande variedade de funções, desde a carrega das palhas e matos, até ao estrume e às vindimas, enfim, tudo o que fosse necessário transportar. Variados são, igualmente, os tipos de madeira que podem formar estes equipamentos, desde o carvalho e negrilho para os estadulhos e ladrais, até ao vime ou o castanho lascado para o caniço.

Os jugos e as cangas são elementos funcionais indispensáveis para os sistemas de atrelagem animal (Oliveira *et al.* 1973), nomeadamente para sustentação pela parelha, ou por um único animal, da alfaia a conduzir, seja ela arado ou carro, ligação essa que é feita por uma possante tira em couro, o tamoeiro (designado por lora na Galiza), que amortece a tensão entre o jugo e o temão, e permite a sua articulação durante o trabalho. Estas peças, de tipologia variada (Frankowski 1916), são feitas em madeiras duras, sobretudo o jugo de fixação nos chifres dos animais sobre as molhelhas, que é em freixo ou negrilho, podendo os do Minho e Douro Litoral, que

²¹ Relevamos o belo e expressivo documentário intitulado “O carro e o home” sobre o ciclo de vida de um carro de bois, realizado por António Román em 1940, o qual foi produzido e apresentado por Lorenzo Fernández, e bem ilustra o sentimento que nutria por esta importante alfaia agrícola.

são muito mais elaborados, também ser entalhados em madeira de castanho e carvalho, ou até mesmo em nogueira e choupo, no caso das peças mais decorativas e destinadas a momentos rituais. Com efeito, os exemplares desta região podem atingir extraordinária elaboração na sua gramática decorativa e impacto visual (Mattos 1943), na qual se misturam formas decorativas com simbologias apotropaicas (Vasconcellos 1881) que justificam a sua utilização em rituais (*idem* pp. 27) protectores e exorcizadores.

O trilho, ou rastró, é uma estrutura em madeira dura formando plataforma, tipo trenó, que usava a tracção animal para deslocar peças pesadas por curtas distâncias, sendo normalmente utilizado para carrear as pedras durante a construção de muros.

Ombreando em importância funcional com estes elementos de transporte temos o arado, nas suas diversas formas e funções, de cuja eficácia em larga medida dependia o sucesso da produção, e assim a sobrevivência dos camponeses. Este instrumento, de estrutura bastante arcaica, já é referenciado iconograficamente desde o neolítico (Dias 1982, 58), e a lavoura de campos tem vindo a ser documentada pela arqueologia desde este período (Peterssen 1999) em diante (Widgren 1983) na Europa. Os arados foram apresentando variantes tecnológicas e culturais enquadráveis em espaços geográficos, tema ao qual Jorge Dias dedicou muito do seu trabalho (1983, c/refs.), e pouco evoluíram estruturalmente ao longo da sua história até ao momento em que foram sendo abandonados em prol da charrua em metal e dos sistemas mecânicos de lavoura. Os três modelos principais de arados em madeira existentes no país: radial, quadrangular e de garganta (Dias 1983, 78-113), são compostos por peças que se interligam através de ensablamento, compondo a forma da alfaia. As peças mais complexas são o dente/rabiça e a garganta, devido às suas configurações, resultando da escolha de madeiras com a forma desejada, obtida por condução do crescimento da árvore, ou então pela moldagem da peça após o abate, com recurso a calor e a contrapesos. Qualquer um destes métodos obriga a observação e a conhecimento sobre o comportamento das madeiras. Os restantes elementos constituintes do arado, o temão, a teiró, os mexilhos, as aivecas, e as cunhas, ou tescaz; todos eles são formas simples, na curvatura ou no talhe, sendo apenas imperativo dominar a sua forma de ensablamento para que o tescaz possa cumprir com a sua função de fixação por meio de compressão dos elementos dentro do entalhe. Este importante instrumento agrícola continuou a ser feito integralmente em madeira, sendo preferencialmente de madeiras duras, com a excepção da relha, a ponta com que rasgava a terra e enfrentava toda a sua abrasão, a qual é em ferro e pode apresentar variantes dentro do formato sub-triangular arredondado.

Existe ainda toda uma grande panóplia de alfaias menores feitas em várias madeiras, e sempre adequadas à realização de todas as tarefas da vida rural.

Naturalmente que apenas poderemos evocar algumas, ou as tarefas nas quais se inserem, a título de exemplo.

Os forcados (gancha, engaco, guincha, tornadeira) destinadas aos trabalhos ligeiros, nomeadamente aos trabalhos de palhas e fenos, são feitas de uma peça única de madeira, diferindo das destinadas aos trabalhos mais pesados, de estrumes e matos, que são em ferro com encabadouro em madeira. A madeira de eleição para a elaboração das primeiras é o salgueiro, em virtude da sua leveza e da flexibilidade e resistência. Esta forquilha (Oliveira *et al.* 1983, 267, il. 186) é preparada ao longo do crescimento da árvore ainda jovem, cujos ramos são podados e dobrados, isto é, *engalapados*, por forma a produzir a configuração desejada. Quando a árvore atinge a espessura desejada, é cortada, descascada e os galhos atados com corda durante o processo de secagem, para que mantenham a forma do instrumento. Já o mangual, ou malho (Oliveira *et al.* 1983, 274), é uma peça composta por duas hastes em freixo, o cabo e o pírtego, este mais curto, as quais se articulam em torno de duas anilhas em couro: a casula e o encedouro. Trata-se de uma importante alfaia para algumas debulhas, como o trigo e milho, mas também de leguminosas, como o feijão e lentilhas.

Não podemos ignorar o complexo da cestaria em vime e em lascas de castanho, com grande diversidade de formas e funções, utensílios vocacionados para a colheita e o transporte, mas também se releva a utensilagem ligada ao ciclo do vinho, como as escadas em castanho, o conjunto de tanoaria com barris, baças e tonéis, e a antiga prensa em madeira, com enorme viga em carvalho e peso de pedra, que o fuso em madeira de freixo ou oliveira controlava. E ainda, e finalmente, os aros, ou cinchos, usados para espremer o soro durante o fabrico do queijo, que no passado eram feitos de uma cinta em madeira de castanho, dobrada e perfurada, antes da sua substituição generalizada pela folha de flandres. Também a base onde se espremiavam os queijos, a froncela, com canelura para o escorrimento do soro, era em madeira de nogueira ou castanho, podendo ser individual e móvel, para se trabalhar sobre uma mesa, ou então mais pesada, e com pés baixos de sustentação.

5 — A MADEIRA NA CONSTRUÇÃO

O recurso à madeira nas construções tradicionais é uma prática recorrente no tempo, mas sempre usada num quadro de adequação aos benefícios e às limitações deste material em cada uma das circunstâncias. O profundo conhecimento das características e dos comportamentos de cada uma das espécies de madeiras estabelecia o critério de utilização, o qual apenas se desleixava por razões de carácter marcadamente económico ou de indisponibilidade pontual, que é tanto mais visível nas casas menos abastadas.

Apesar de no Norte do país ter dominado claramente a pedra como material de construção (Oliveira & Galhano 1992), a madeira era indispensável

para a estrutura de cobertura, vigamentos e soalhos, varandas e escadas, portas, janelas, e também para as padieiras nas construções em xisto. Não esqueçamos ainda que algumas soluções construtivas usavam o tabique para as divisórias interiores, e por vezes mesmo para algumas paredes exteriores, ao que abaixo referiremos em detalhe. Uma casa, ainda que sendo construída com estrutura de pedra, gastava muita madeira.

A construção trazia exigências na escolha e na preparação das madeiras, fossem grandes vigas de carvalho ou castanho, ou o mais modesto ripado para o telhado ou os tabiques. O aparelhamento mecânico das madeiras através da utilização da força hidráulica é conhecido na Europa desde o período medieval (Pereira 1990, 58-60), mas em Portugal está documentada um pouco mais tardiamente, pelos inícios do século XV, tendo tido a partir de então rápida disseminação. Contudo, o corte manual, por uma *serra*, ou parilha de serradores, geralmente realizada nos locais de abate das árvores, gozou sempre de alguma vitalidade, tendo resistido no norte do país até aos meados do século XX. Parelhas de serradores deslocavam-se pela região em busca de trabalho (Fontes 1992, 184), e até mesmo pela vizinha Galiza (Fidalgo Santamariña 2001, 37-8), detendo-se onde havia madeira para serrar, ou então respondendo a empreitadas por ocasião de obras ou de grandes abates para armazenamento ou venda. Esta operação supria de matéria prima não só a construção como todas as actividades de transformação de madeira, como a tanoaria, a marcenaria e a construção naval, entre outras.

Os grandes vigamentos de soalho e telhado eram preferencialmente em carvalho, mas o castanho também era usado em opção, pois as *trepoleiras*, os rebentos de castanheiro bravo, dão paus compridos e direitos, sem nós, adequados para vigamento. As vigas que ficavam à vista poderiam merecer aparelhamento mais cuidado, mas as restantes eram apenas descascadas e faceadas com machado, poupando o duro trabalho da serragem. Além destes possantes elementos estruturais, temos variados perfis de menores dimensões que eram utilizados no emaranhado das peças que compunham a habitação. Os caibros regularizavam o nível entre as vigas para assentamento do soalho, distribuindo as cargas sobre aquelas, tendo idêntica função no telhado, onde ainda recebiam o ripado, de ripas ou tábuas, sobre o qual assentavam as telhas, ou o colmo. Nestes elementos menores podemos encontrar já alguma madeira de pinho, sobretudo na região costeira, mas sendo solução de recurso e pouco apreciada, uma vez que esta madeira se degrada mais rapidamente com as humidades e é bastante sensível ao ataque dos carunchos²², requerendo

²² Esta fragilidade da madeira de pinheiro só veio a ser ultrapassada no século XX com a descoberta do tratamento com sais de cobre, em autoclave, que lhe aumenta a resistência e a longevidade.

atenção na manutenção. Contudo, quando imersa em ambiente húmido logo após o corte, a madeira de pinho possui uma longevidade extraordinária, pelo que foi amplamente utilizada nestes contextos, como fundações húmidas e cais, e até mesmo em elementos das azenhas.

No norte do país foi vulgarizada a construção em tabique: uma associação que incluía vigas e caibros em madeira, materiais cerâmicos, e argamassa. A fragilidade desta associação aos efeitos da humidade motivou a sua utilização predominantemente nas paredes interiores das habitações, mas o baixo custo desta solução construtiva fez com que fosse bastante divulgada tanto no meio rural como na casa urbana também nas paredes estruturais, exteriores, sobretudo nos sobrados. A impermeabilização da face exterior da parede, que é indispensável à sua integridade, foi confiada à cobertura em placas de xisto, formando escama de peixe, solução que ainda hoje se vê sobrevivente em muitas construções antigas.

Os tabiques podem assumir duas soluções estruturais. A mais resistente é composta por viga vertical espaçada a cerca de um metro, ou menos, e interligada por travessas horizontais. Dentro de cada espaço quadrangular são colocadas travessas dispostas em diagonal, cujo objectivo é travar os movimentos do conjunto, composição à qual se dá o nome de Cruz de Santo André. Todos os espaços são preenchidos com tijolo ligado com argamassa, e a superfície é alisada com argamassa de cal hidráulica. Outra forma de tabique, mais aligeirado e utilizado nas divisões interiores, consta de tábuas verticais, pregadas em um ou em ambos os lados de vigas, ou caibros, respectivamente no soalho e no tecto, cuja largura define a espessura da parede. Sobre a superfície dessas tábuas são pregados alinhamentos muito próximos de finas ripas de formato trapezoidal em pinho, cujo perfil se destina a fixar a argamassa de cal hidráulica que formará a superfície da parede²³, podendo este ripado ser substituído por entrançado de caniço, nas construções mais pobres.

A maioria das casas de lavoura não tinha tecto na cozinha, para que o fumo esvaísse pelo telhado de telha caleira ou a abertura no colmo, mas os quartos e sala poderiam ter forro em madeira, de castanho, pinho, choupo, ou mesmo de caniço que se recobria com argamassa. Nas casas mais abastadas, sobretudo nas senhoriais, o tecto em madeira era elaborado em outras formas (Martins 2008), das quais a mais comum foi a masseira, ou gamela, composta por frisos, nervuras e painéis, numa gramática de configuração octogonal, que podia ser adornada com motivos decorativos entalhados e pintados.

²³ Este sistema construtivo, tão eficaz quanto disseminado, foi mimetizado com novos materiais, como o perfil metálico e o gesso cartonado, assumindo a designação de “pladur”.

6 — NOTA FINAL

Nesta curta deambulação por temas que são manifestamente amplos e multifacetados, e portanto não se compadecem com este trato sumariado, procurou-se apresentar a utilização da madeira como de algo radicado no quotidiano das comunidades rurais da época em apreço, uma relação pautada por um profundo conhecimento das características de cada matéria prima e da sua adequação aos objectivos funcionais de cada um dos utensílios. Nestas épocas dominadas pelo trabalho manual, a eficácia tornava-se muito relevante, pois o esforço era penoso, e como tal o insucesso era sancionado, e muitas vezes era-o pela fome. A observação e a aprendizagem das leis que regem as várias espécies de árvores e o comportamento das respectivas madeiras está bem patente na excelência de algumas estratégias que aqui foram evocadas. Hoje conseguimos entendê-lo à luz do nosso raciocínio mecânico, científico, mas os camponeses de então trabalhavam, observavam, transmitiam conhecimento, e entendiam a relação com os materiais através de outras dimensões que talvez tenhamos dificuldade em descodificar.

7 — BIBLIOGRAFIA

Aguiar, C.; Pinto, B. (2007). Paleo-história e história antiga das florestas de Portugal continental: até à Idade Média. In Silva, J. Sande (eds.), *Árvores e florestas de Portugal: floresta e sociedade, uma história comum*. Lisboa: Jornal Público - FLAD – LPN, 15-53.

Almeida, Carlos A. Ferreira de (1981). Território Paroquial no Entre-Douro-e-Minho. Sua sacralização. Porto: *Nova Renascença 2*, vol.1, 202-12.

Coelho, Francisco Adolfo (1914). Palavras e coisas. Notas para a história da língua e vida portuguesa. *Revista Lusitana 17*, 1-16.

Devy-Vareta, Nicole (1985). Para uma Geografia Histórica da Floresta Portuguesa, as matas medievais e a “Coutada Velha” do rei. *Revista da Faculdade de Letras 1* (Porto) 47-67.

Devy-Vareta, Nicole (1986). Para uma Geografia Histórica da Floresta Portuguesa, do declínio das matas medievais à política florestal do renascimento (sécs. XV a XVI), *Revista da Faculdade de Letras 1* (Porto), 5-37.

Dias, António Jorge (1981a). *Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril*. Lisboa: Editorial Presença.

Dias, António Jorge (1981b). *Vilarinho da Furna. Uma aldeia comunitária*. Maia: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, (1ª ed. Lisboa 1948).

Dias, António Jorge (1982). *Os arados portugueses e as suas prováveis origens*. Maia: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, (1ª ed. 1948).

Dinis, António Pereira (2017). A propósito da feitura de carvão vegetal no Crastoeiro (Mondim de Basto, Vila Real): notas arqueológicas, etnográficas e documentais. *Oppidum 10*, 9-23.

Fagan, Brian (2002). *The Little Ice Age: How Climate Made History 1300-1850*. New York: Basic Books.

Fernandes, Isabel Maria Granja (2012). *A loiça preta em Portugal: estudo histórico, modos de fazer e de usar*. Braga: Universidade do Minho, (2 vols. policopiado).

Fernandes, Manuel; Bento, João; Devy-Vareta, Nicole (2015). Aspetos biogeográficos e paleoambientais de uma população finícola de *Pinus sylvestris* L. na serra do Gerês (NW Portugal). *GOT (Revista de Geografia e Ordenamento do Território)* 7, 159-81.

Fidalgo Santamariña, Xosé Antonio (2001). *Os saberes tradicionais dos Galegos*. Vigo: Editorial Galaxia.

Fontes, António Lourenço (1992). *Etnografia Transmontana. II-Comunitarismo de Barroso*. Lisboa: Editorial Domingos Barreira.

Frankowski, Eugeniusz (1916). As cangas e jugos portugueses de jungir os bois pelo cachaço. *Terra Portuguesa* 2, 33-43.

Galhano, Fernando (1973). *O Carro de Bois em Portugal*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.

Leal, Augusto S. A. B. Pinho (1873-90). *Portugal antigo e moderno (12 vols.)*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia.

Lisón Tolosana, Carmelo (1981). *Perfiles simbolico-morales de la cultura gallega*. Madrid: AKAL, (1ª ed. 1974).

Lorenzo Fernández, Xaquim; Fernández Román, Antonio (1945). *O Carro e o Home*. Documentário, 12 minutos.

Lorenzo Fernández, Xaquín (1974). El Carro en el folklore de Galicia. *Revista de dialectología y tradiciones populares* 30, 44-76.

Martins, João Carlos Sarrazola (2008). *Tectos portugueses do séc. XV ao séc. XIX*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, (Polic.)..

Noël, Michel; Bocquet, Aimé (1987). *Les hommes et le bois. Histoire et technologie du bois de la préhistoire à nos jours*. Paris: Hachette.

Oliveira, Ernesto Veiga (1984). *Festividades cíclicas em Portugal*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

Oliveira, E. V.; Galhano, F.; Pereira, B. (1973). *Sistemas de atrelagem dos bois em Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia.

Oliveira, E. V.; Galhano, F.; Pereira, B. (1978). *Tecnologia Tradicional Portuguesa: O Linho*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Oliveira, E. V.; Galhano, F.; Pereira, B. (1983). *Alfaia Agrícola Portuguesa*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica (2ª ed.).

Oliveira, E. V.; Galhano, F. (1992). *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

Peixoto, Rocha (1990). *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

Pereira, A. Gomes (1906). Tradições Populares e Linguagem de Villa Real. *Revista Lusitana* 9, 229-58.

Pereira, Benjamim Enes (1990). *Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas de Serração de Madeiras*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Petersson, Maria (1999). Ancient Fields Excavated. *European Journal of Archaeology* 2, 57-76.

Pires, A. Thomaz (1907). Investigações Etnographicas. *Revista Lusitana* 10, 298-305.

Silva, José Bonifácio de Andrade e (1815). *Memoria sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal, particularmente de pinhaes nos areaes de beira-mar; seu methodo de sementeira, costeamento e administração*. Lisboa: Academia Real das Sciencias.

Soeiro, Teresa (2017). *Soqueiros e tamanqueiros. Fabrico e uso do calçado de pau em Cabeceiras de Basto*. Cabeceiras de Basto: Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto.

Vasconcellos, José Leite de (1881). *Estudo ethnographico a proposito da Ornamentação dos jugos e cangas dos bois nas provincias portuguezas do Douro e Minho*. Porto: Empr. do jornal d'agricultura-editora.

Vasconcellos, José Leite de (1882). *Tradições populares de Portugal*. Porto: Typ. Occidental.

Vasconcellos, José Leite de (1916). Uma excursão a Castro-Laboreiro (notas numa carteira). *Revista Lusitana* 19, 261-80.

Vasconcellos, José Leite de (1938). *Opúsculos, Volumes V e VII, Etnologia*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

Vasconcellos, José Leite de (1982). *Etnografia Portuguesa. (II Vol.)* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de (1865). *Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, Typ. do Panorama (2 Vols.)

Widgren, Mats (1983). *Settlement and farming systems in the early Iron Age. A study of fossil agrarian landscapes in Östergötland, Sweden*. Acta Universitatis Stockholmiensis 3.

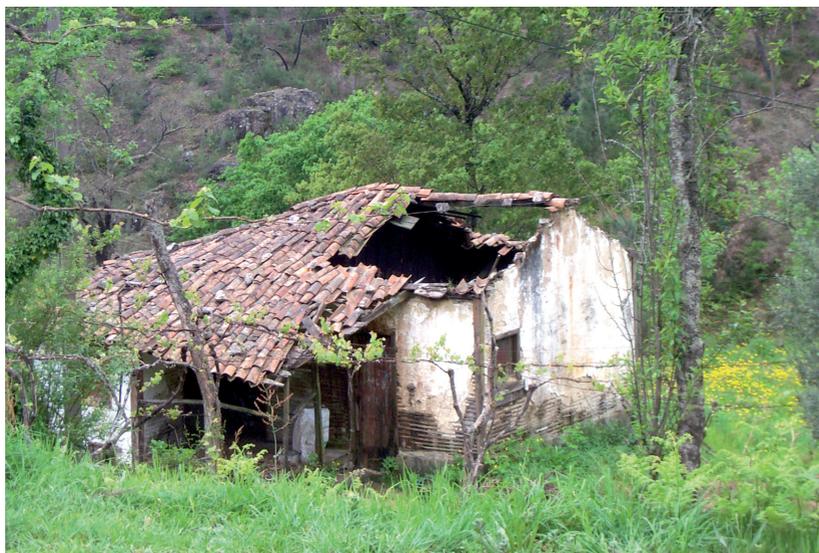


Figura 1.1- Cabeceiras de Basto. Casa de lavoura com a parede frontal em pedra, e parede exterior traseira em tabique fino, rebocado apenas com argamassa, e sem qualquer resguardo adicional.



Figura 1.2- Guimarães. Parede interior de casa em tabique com estrutura em cruz, e enchimento com tijolo e argamassa.



Figura 2.1- Vinhais. Gamela, ou masseira, escavada em tronco de castanho.



Figura 2.2- Bragança. Grade simples, com as asnas laterais em carvalho e as travessas em negrilho.



Figura 3.1- Bragança. Carro de bois com caniça, pintado a vermelho. A maioria das peças são em madeira de negrilho, e o eixo é em freixo.



Figura 3.2- Bragança. Arado radial com a rabiça em negrilho e o temão em freixo. Está encostado a um murete encimado por um pau de castanho que delimita uma manjedoura.



Figura 4.1- Vale de Cambra. Carro de bois com caniço, e rodado em ferro.



Figura 4.2- Torre de Moncorvo. Fabrico do queijo sobre froncela múltipla com pés, em grossa tábua de madeira de noqueira. (Foto Nelson Rebanda)



Figura 5.1- Alfandega da Fé. Mocho em madeira de cerejeira.



Figura 5.2- Mondim de Basto. Pormenor de prensa para vinho, com grande vigia em carvalho apoiada no vão existente na parede do lagar.



Figura 6.1- Bragança. Arrastador do feno, com cabo em madeira de freixo, travessa em negrilho, e dentes em carvalho.



Figura 6.2- Bragança. Palheiro em xisto, com vigas em madeira de carvalho nas padieiras. As portas e ombreiras são em castanho.